**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**

**PROCESSO Nº. 50600.002444/2020-41**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº ......../202...**

**CONTRATO Nº ......../202..**

**CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA (CONSÓRCIO) ............................., PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - BR-LEGAL 2, NAS RODOVIAS .............. DO ESTADO DE ..............., TOTALIZANDO ........... KM, LOTE ..........., NA FORMA ABAIXO:**

**O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, CEP 70.040-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominado DNIT ou CONTRATANTE, neste ato representado pelo Diretor de Infraestrutura Rodoviária, **Eng.º D.Sc.** **LUCAS ALBERTO VISSOTTO JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº ......................... e inscrito no CPF sob o nº ......................... no uso das atribuições subdelegada por meio da Portaria/DG nº 1.788 de 03/10/2016 e publicada no Boletim Administrativo nº 187 de 04/10/2016 e pelo  Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária **Engº ALLAN MAGALHÃES MACHADO**, portador da Carteira de Identidade nº ......................... e inscrito no CPF sob o nº ........................., e, do outro lado, a (o) empresa (consórcio) ..............................., com sede......................................., inscrita no CNPJ/MF sob nº ..............., doravante simplesmente denominada (o) CONTRATADA (O), neste ato representada (o) pelo (a) Senhor (a) ................................................, portador (a) da Carteira de Identidade nº ........................., inscrito (a) no CPF sob o nº ..............................................., resolvem celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 50600.002444/2020-41, e o resultado final do Pregão nº ............/..............., com fundamento na Lei nº 10.520, de 2002, Decreto 10.024, de 2019 e, subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**
   1. O objeto do presente contrato é a execução dos serviços de implantação e manutenção de dispositivos de segurança e de sinalização rodoviária, no âmbito do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária - BR-Legal 2, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos e estabelecidas no Edital, seus anexos e na proposta da (o) CONTRATADA (O).
   2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA CONTRATUAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** 
   1. O prazo de vigência contratual, bem como o prazo de execução dos serviços, é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços pela Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária - CGMRR. Os dias de início e término devem coincidir com dias de expediente no DNIT.
   2. A expedição da Ordem de Início dos Serviços somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União e a entrega da Garantia Contratual.
   3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo, em conformidade com o disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666/1993, com a celebração de Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo dentro do respectivo prazo de vigência.
   4. Os serviços serão executados nos locais especificados na tabela abaixo:

| **UF** | **LOTE** | **BR** | **CÓDIGO SNV** | | **SEGMENTO** | | **EXTENSÃO (KM)** | **EXTENSÃO TOTAL (KM)** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **INICIAL** | **FINAL** | **KM INICIAL** | **KM FINAL** |
| UF | 00 | 000 | 000BUF0000 | 000BUF0000 | 000,00 | 000,00 | 000,00 | 000,00 |
| 000 | 000B UF0000 | 000BUF0000 | 000,00 | 000,00 | 000,00 |
| 000 | 000B UF0000 | 000BUF0000 | 000,00 | 000,00 | 000,00 |

1. **CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**
   1. O valor total da contratação é de R$.......................... (..............).
   2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
   3. Caso decorra período superior a um ano, contado a partir do mês-base do Orçamento Referencial, os preços contratuais, pactuados em moeda corrente no país, poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, mediante solicitação da Contratada, aplicando-se os índices setoriais apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, disponíveis no sítio eletrônico do DNIT, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.
   4. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
   5. Os reajustamentos dos preços unitários do contrato serão calculados pela equação a seguir:

Em que:

R: valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

: índice de preço verificado no mês-base do contrato;

: índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V: valor a preços iniciais da parcela do contrato a ser reajustado;

* 1. Para itens que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice, de acordo com a Instrução de Serviço/DG n° 01/2019, de 02 de janeiro de 2019, ou outra que venha a substituí-la.
  2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
  3. Os casos omissos devem ser resolvidos pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes e pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária.

1. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20…, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**
   1. O prazo para pagamento à (ao) CONTRATADA (o) e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, e ainda:
      1. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar devidamente acompanhada das respectivas comprovações de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;
      2. O pagamento mensal fica condicionado a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS pela contratada relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados;
   2. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista para pagamento, serão atualizados financeiramente, desde que a CONTRATADA não tenha dado causa ao atraso, restando convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = (6/100)  365 | TX = Percentual da taxa anual = 6%. |

* 1. As demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidas no Termo de Referência.

1. **CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA CONTRATUAL**
   1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, e:
   2. A (o) CONTRATADA (o) prestará garantia correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total deste contrato, a preços iniciais, e garantia adicional, nos casos previstos nos itens 10.2 e 10.3 do termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato sob pena de decair o direito à contratação e aplicação das respectivas sanções, observadas as condições previstas no Edital.
   3. Os prazos estabelecidos nas garantias contratuais (inclusive garantia adicional, se houver) deverão ter validade durante todo o período de vigência do contrato.
   4. Quando houver a celebração de Termos Aditivos, a garantia inicial deverá ter seu prazo prorrogado, de modo a coincidir com o prazo de vigência do contrato, bem como deverá ser reforçada de forma a totalizar o percentual previsto sobre o valor vigente do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo.
   5. Havendo Termo Aditivo de Aumento Contratual, a garantia inicial deverá ser reforçada de forma a totalizar o percentual previsto sobre o valor vigente do contrato.
   6. Nos casos de rescisão contratual por culpa da Contratada, a garantia será executada em favor do DNIT, nos termos do art. 80, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.
   7. A restituição dos valores dados em garantia ocorrerão na forma e segundo os procedimentos previstos na Lei nº 8.666/93, e no estabelecido no Termo de Referência e somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação no prazo de até noventa dias, contados da data de encerramento do contrato, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
      1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
      2. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.
   8. O regime jurídico da garantia é aquele previsto em edital.
2. **CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**
   1. O regime de execução do presente contrato é Empreitada por Preço Unitário.
   2. A fiscalização dos serviços será realizada por servidores do DNIT designados por meio de Portaria, observadas as disposições do Termo de Referência e da Instrução de Serviço nº 6/DG, de 10 de abril de 2018, ou outra que vier substituí-la.
   3. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela (o) Contratada (o), os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pelo Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
3. **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
   1. As obrigações do Contratante são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, e ainda:
      1. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução do contrato, especialmente:
         1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
         2. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
         3. Aos depósitos do FGTS; e
         4. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
      2. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
   2. Os serviços contratados serão executados conforme especificações constantes do Termo de Referência, devendo a (o) Contratada (o) alocar todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários e adotar todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado.
4. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA (O) CONTRATADA (O)**
   1. As obrigações da (o) Contratada (o) são as estabelecidas no Termo de Referência, e ainda:
      1. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
         1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
      2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1° e 2°, da Lei n.º 8.666/93.
      3. Apresentar declaração de que garante aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
      4. Apresentar declaração de que cumpre a observância dos preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
      5. Apresentar declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
      6. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
      7. Fornecer, sempre que solicitados pelo Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
         1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
         2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
         3. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
         4. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.
      8. Deverá observar as cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas disposto na Instrução Normativa nº 6, de 6 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.
   2. A (O) Contratada (O) deverá manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
5. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, conforme especificação contida no Termo de Referência.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
   1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
7. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido, por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital e, amigavelmente , nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à (ao) Contratada (o) o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A (O) Contratada (o) reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/1993.
   4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:
      1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;
      2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
      3. Indenizações e multas.
   5. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
   6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação ao empregados da contrata que efetivamente participaram da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito, por parte da CONTRATANTE  e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).
8. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**
   1. É vedado à (ao) Contratada (o):
      1. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
9. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.
   2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
   3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.
   4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.
   5. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.
   6. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS** 
    1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, regulamentada pelo Decreto 10.024, de 2019, Instrução Normativa vigente no DNIT sobre Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**
    1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**
    1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal de Brasília/DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

(assinado eletronicamente)

**Eng.º D.Sc. LUCAS ALBERTO VISSOTTO JUNIOR**

Diretor de Infraestrutura Rodoviária - Substituto

(assinado eletronicamente)

**Eng.º ALLAN MAGALHÃES MACHADO**

Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL DA (O) CONTRATADA (O)**

TESTEMUNHAS:

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CPF: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CPF: |